



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.343	10.415
Consumidores e concessionárias	5	97.213	73.300
Impostos e contribuições sociais	6	33.383	29.703
Despesas pagas antecipadamente		340	73
Outros créditos	9	1.144	1.667
		146.423	115.158
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	14.532	13.906
Partes relacionadas	8		12
Cauções e depósitos vinculados	13	4.210	4.210
		18.742	18.128
Imobilizado	10	567	684
Intangível	11	650	958
		1.217	1.642
Total do ativo		166.382	134.928

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	12	81.568	58.924
Impostos e contribuições sociais	6	23.496	21.772
Dividendos	15.2	5.599	3.897
Obrigações estimadas com pessoal		1.339	1.217
Outras contas a pagar	9	171	85
		112.173	85.895
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	6		647
Partes relacionadas	8	77	32
Provisões	13	4.433	3.876
Outras contas a pagar	9	8	12
		4.518	4.567
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	26.285	26.285
Reservas de lucros	15.3	23.406	18.181
		49.691	44.466
Total do passivo e patrimônio líquido		166.382	134.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	26.285	24.413	-	50.698
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2010		(18.782)		(18.782)
Lucro líquido do exercício			16.734	16.734
Dividendos intermediários (JSCP)			(1.912)	(1.912)
Dividendos propostos			(2.272)	(2.272)
Dividendo adicional proposto		12.550	(12.550)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	26.285	18.181	-	44.466
Dividendo adicional aprovado - AGO de 04/04/2011		(12.550)		(12.550)
Lucro líquido do exercício			23.698	23.698
Dividendos intermediários (JSCP)			(2.167)	(2.167)
Dividendos propostos			(3.756)	(3.756)
Dividendo adicional proposto		17.775	(17.775)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	26.285	23.406	-	49.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2011	2010
Geração do valor adicionado	1.058.207	849.597
Receita operacional	1.059.573	856.399
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(1.371)	(6.844)
Outras receitas	5	42
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(880.783)	(703.074)
Custos da energia comprada	(860.457)	(683.746)
Encargos de uso da rede elétrica	(14.381)	(13.720)
Materiais	(63)	(62)
Serviços de terceiros	(4.017)	(3.981)
Outros custos operacionais	(1.865)	(1.565)
Valor adicionado bruto	177.424	146.523
Retenções		
Depreciações e amortizações	(422)	(164)
Valor adicionado líquido produzido	177.002	146.359
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.916	2.940
Valor adicionado total a distribuir	181.918	149.299
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.384	5.768
Benefícios	430	334
FGTS	197	148
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	104.697	83.721
Estaduais	44.670	39.078
Municipais	404	349
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	2.216	2.887
Aluguéis	222	280
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	2.167	1.912
Dividendos	3.756	2.272
	164.143	136.749
Lucros retidos	17.775	12.550
	181.918	149.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional
Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A. (Companhia ou Enertrade), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada integralmente pela EDP Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo-SP, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação. Além das atividades mencionadas, a partir de 29 de outubro de 2009, a Companhia passou a prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior, bem como participar em outras sociedades como sócia.

1.1 Participação acionária da Companhia no Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE
Em 15 de dezembro de 2011 na Reunião de Diretoria da EDP - Energias do Brasil foi aprovada a aquisição de 1 lote de mil ações no valor de R\$200 que dará direito a uma posição no conselho de administração da nova Companhia. A BBCE é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado com Capital Social de R\$12 milhões (60 lotes de 1.000 ações) e está aberta a participação de todos os Agentes do Ambiente de Comercialização Livre - ACL (Nota 2.3.2).

2. Base de preparação e Práticas contábeis
2.1 Base de preparação
2.1.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam

as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012. A Companhia não possui Outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

2.1.2 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e os instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis
As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores e concessionárias (Nota 5)
Representadas basicamente por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Imobilizado (Nota 10)
São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos. Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d) Ativo intangível (Nota 11)
Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de softwares e desenvolvimento de projetos. Os seguintes critérios são aplicados:

- **Softwares:** são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- **Desenvolvimento de projetos:** são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1). Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Redução ao valor recuperável Ativo financeiro
São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro
A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Demais ativos circulante e não circulante
São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2011	2010
Receitas	16	921.735	741.414
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(860.457)	(683.746)
Encargos de uso da rede elétrica	17	(14.381)	(13.720)
		(874.838)	(697.466)
Custo de operação			
Pessoal		(3.355)	(2.908)
Materiais e serviços de terceiros		(1.186)	(2.556)
Depreciações e amortizações		(76)	(55)
Outros custos de operação		(313)	(150)
	17	(4.930)	(5.669)
Lucro bruto		(879.768)	(703.135)
Custo do serviço prestado a terceiros	17	(62)	(91)
Despesas e receitas operacionais		41.905	38.188
Despesas com vendas		(3.424)	(6.916)
Despesas gerais e administrativas		(6.430)	(6.708)
Depreciações e amortizações		(346)	(109)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	555	(15)
		(9.645)	(13.748)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		32.260	24.440
Receitas financeiras		4.916	2.940
Despesas financeiras		(2.216)	(2.887)
Resultado financeiro	18	2.700	53
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		34.960	24.493
Imposto de renda e contribuição social correntes		(11.887)	(9.716)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.1	625	1.957
	19	(11.262)	(7.759)
Resultado líquido do exercício		23.698	16.734
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R\$		1.238,60	874,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	34.960	24.493
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	1.371	6.819
Depreciações e amortizações	412	165
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	154	160
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	283	
Despesas pagas antecipadamente	145	62
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências civeis, fiscais e trabalhistas	(106)	287
	37.219	31.986
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	(25.229)	36.513
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(1.077)	2.131
Despesas pagas antecipadamente	(412)	(78)
Outros ativos operacionais	468	(949)
	(26.250)	37.617
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	22.644	(16.859)
Outros tributos e contribuições sociais	(746)	1.085
Obrigações estimadas com pessoal	122	128
Outros passivos operacionais	81	(429)
	22.101	(16.075)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	33.070	53.528
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.319)	(7.494)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	20.751	46.034
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(151)	(198)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(151)	(198)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(226)	(20.687)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(16.446)	(24.750)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(16.672)	(45.437)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.928	399
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.343	10.415
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.415	10.016
	3.928	399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

g) Fornecedores (Nota 12)
Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica.

h) Provisões (Nota 13)
São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

i) Demais passivos circulante e não circulante
São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 19)
O Imposto de Renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos foram calculados a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos quando aplicável, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

k) Benefícios pós-emprego (Nota 14)

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

l) Capital social (Nota 15.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

m) Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

n) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos em instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável, e juros sobre impostos compensáveis que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias.

o) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros e Provisões para contingências.

p) Instrumentos financeiros (Nota 20)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, a um instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

• Contratos de comercialização

A Administração considera que a função da Companhia está intimamente ligada à estratégia do Grupo no atendimento de seus clientes de geração e de distribuição e tendo por objetivo a entrega de energia aos principais clientes ligados à sua rede de distribuição. Consequentemente a Companhia conduz as suas operações em estreita ligação com os objetivos do Grupo EDP e não tem por objetivo atuar de maneira autônoma no mercado. Desta maneira os contratos são registrados quando do efetivo despacho da energia aos seus clientes pelos valores estabelecidos nos contratos.

q) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

r) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o Lucro básico por ação ou o Lucro por ação diluído.

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um

impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes**IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor e passa a vigorar para os exercícios sociais, iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

5. Consumidores e Concessionárias

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante							
Consumidores							
Clientes livres	36.498	185	-	36.683	-	36.683	28.449
	36.498	185		36.683		36.683	28.449
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	54.194	3	523	54.720	(523)	54.197	33.392
Energia de curto prazo	6.333	-	-	6.333	-	6.333	11.459
	60.527	3	523	61.053	(523)	60.530	44.851
Total circulante	97.025	188	523	97.736	(523)	97.213	73.300
Não circulante							
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	-	-	35.923	35.923	(35.923)	-	-
Energia de curto prazo	1.781	-	-	1.781	(1.781)	-	-
	1.781		35.923	37.704	(37.704)		
Total não circulante	1.781		35.923	37.704	(37.704)		

5.1 Suprimento de energia elétrica

O saldo de Suprimento de energia inclui valores faturados contra a Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA (anteriormente denominada Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ), vencidas e a vencer, no total de R\$39.757 em 31 de dezembro de 2011 (R\$39.266 em 31 de dezembro de 2010), sendo que desse montante R\$35.923 (R\$35.923 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a um direito obtido por sentença arbitral de 19 de março de 2009, em resposta aos processos nºs 03/2005 e 04/2006, emitida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. Esta sentença arbitral reconheceu que a AMPLA não cumpriu com o preço definido no contrato de compra e venda de energia celebrado entre as partes, para o período de 15 de novembro de 2003 até 28 de agosto de 2006.

Não tendo a AMPLA reconhecido os efeitos da sentença arbitral, a Companhia decidiu manter a provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD no montante de R\$35.923, correspondente ao valor em discussão.

5.2 Energia de curto prazo

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.

Os valores de longo prazo compreendem operações vinculadas a processos judiciais em andamento movidos por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE. Esses valores foram integralmente provisionados.

6. Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2010	
Ativo - Compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	23.574	22.275		
ICMS	103	104		
PIS e COFINS	7.628	6.354		
IRRF sobre aplicações financeiras	266	26		
Outros	1.812	944		
Total	33.383	29.703		

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	31/12/2011			31/12/2010			Resultado	
		IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL		
Prejuízos fiscais		-	-	-	-	-	-	-	(349)
Base negativa da contribuição social		-	-	-	-	-	-	-	(126)
									(475)
Diferenças temporárias									
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		38.307	9.577	3.448	13.025	12.559	466	2.327	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		4.433	1.108	399	1.507	1.347	159	105	
Total diferenças temporárias		10.685	3.847	14.532	13.906	625	2.432	1.957	
Total ativos diferidos		10.685	3.847	14.532	13.906	625	2.432	1.957	

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício de 2011, foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$625.

7.2 Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização dos seus créditos fiscais diferidos nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2012. Com base no estudo a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos exercícios seguintes.

	2012	2013	Total Não circulante
	13.025	1.507	14.532

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
				31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	2011	2010
Concessionárias									
Venda de energia elétrica	CESA	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010						16
	Costa Rica	01/05/2011	01/05/2011 a 30/11/2011		24			65	61
	Energest	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012	967	869			10.337	10.127
	Enerpeixe	01/03/2011	01/03/2011 a 31/05/2011					659	
	Lajeado Energia	01/01/2010	01/01/2010 a 31/03/2010						8.421
	Lajeado Energia	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010						404
	Lajeado Energia	01/01/2011	01/01/2011 a 31/03/2011					13.062	
	Lajeado Energia	01/02/2011	01/02/2011 a 31/05/2011					13.486	
	Lajeado Energia	01/09/2011	01/09/2011 a 30/09/2011					124	
	Lajeado Energia	01/11/2011	01/11/2011 a 30/11/2011					481	
	Lajeado Energia	01/12/2011	01/12/2011 a 31/12/2011	1.327				1.201	
	Santa Fé	01/01/2009	01/01/2009 a 31/07/2009						41
	Santa Fé	01/01/2011	01/05/2011 a 31/08/2011					877	
				2.294	893	-	-	40.292	19.070
Partes relacionadas									
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010				32		(1.188)
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010						(100)
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/11	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010		12				(443)
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011			33		(522)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			44		(340)	
Contratos de mútuo - 100% do CDI - 2º e 3º aditivos	EDP Energias do Brasil	09/11/2009	09/11/2009 a 09/11/2011					(283)	(239)
				-	12	77	32	(1.145)	(1.970)
Fornecedores									
Compra de energia elétrica	CESA	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022				149	(1.024)	(143)
	Energest	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022			166		(746)	
	Energest	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014			393	353	(4.198)	(4.012)
	Costa Rica	01/01/2010	01/01/2010 a 31/12/2010						(197)
	Costa Rica	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011			278		(3.151)	
	Costa Rica	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011					(56)	
	Costa Rica	01/01/2011	01/07/2011 a 31/12/2011					(675)	
	Lajeado Energia	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2032		10.350		14.145	(109.192)	(115.038)
	Lajeado Energia	01/07/2010	01/07/2010 a 31/12/2010				1.637		(6.659)
	Lajeado Energia	01/04/2011	01/04/2011 a 31/12/2011			852		(13.524)	
	Lajeado Energia	01/07/2011	01/07/2011 a 31/12/2011			2.481		(13.935)	
	Lajeado Energia	01/01/2011	01/01/2010 a 31/10/2011					(1.307)	
	Santa Fé	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011			32		(275)	
	Santa Fé	01/10/2011	01/10/2011 a 31/10/2011					(18)	
	Pantalal	01/09/2008	01/01/2009 a 31/12/2023			1.509	1.778	(13.906)	(13.359)
Uso do sistema de transmissão	Lajeado Energia	01/01/2001	01/01/2003 a 16/12/2032				1.890	(14.396)	
				-	-	18.098	18.062	(176.403)	(139.408)
				2.294	905	18.175	18.094	(137.256)	(122.308)

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos, sendo:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

8.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é sua controladora.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

Diretoria

Remuneração Fixa: 80%

Remuneração Variável: 20%

8.3.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2011 (Em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	4(*)	3(**)	7
Remuneração fixa (em R\$)	-	1.638.481	1.638.481
Salário ou pró-labore	n/a	1.210.137	1.210.137
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	94.068	94.068
Encargos sociais	n/a	334.276	334.276
Remuneração Variável (em R\$)	-	398.692	398.692
Bônus	n/a	311.478	311.478
Encargos sociais	n/a	87.214	87.214
Valor Total da remuneração, por órgão	-	2.037.173	2.037.173

(n/a) = Não Aplicável

(*) Os 4 membros do Conselho de Administração não são remunerados.

(**) Dos 3 membros da Diretoria, todos são remunerados.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

8.3.3 Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria relativos ao exercício de 2011 (Em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	4	3	7
Valor da maior remuneração individual	n/a	66.535	66.535
Valor da menor remuneração individual	n/a	50.796	50.796
Valor médio de remuneração individual	n/a	56.588	56.588

9. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	26	3		
Dispêndios a reembolsar		42		
Serviços em curso	352	113		
Serviços prestados a terceiros	766	1.109		
Instrumentos financeiros derivativos		400		
Total	1.144	1.667	-	-
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento	121	81		
Outras	50	4	8	12
Total	171	85	8	12

10. Imobilizado

	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxas anuais médias de depreciação - %	Custo de depreciação - %	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais médias de depreciação - %	Custo de depreciação - %	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4	67	(22)	45	3	67	(20)	47
Máquinas e equipamentos	10	274	(181)	93	10	255	(159)	96
Veículos	20	438	(151)	287	20	325	(101)	224
Móveis e utensílios	10	244	(138)	106	10	235	(117)	118
Total do imobilizado em serviço		1.023	(492)	531		882	(397)	485
Imobilizado em curso								
Administração		36		36		199		199
Total do imobilizado em curso		36	-	36		199	-	199
Total imobilizado		1.059	(492)	567		1.081	(397)	684

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010		Transferência para imobilizado em serviço		Depreciações e Baixas		Valor líquido em 31/12/2011	
	Ingressos	Histórico	Ingressos	Histórico	Ingressos	Histórico	Ingressos	Histórico
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	47				(2)		45	
Máquinas e equipamentos	96			18	(21)		93	
Veículos	224			170	(67)	(40)	287	
Móveis e utensílios	118			9	(21)		106	
Total do imobilizado em serviço	485	-	197	(111)	(40)	531	531	531
Imobilizado em curso								
Administração	199	35		(197)		(1)	36	
Total do imobilizado em curso	199	35	-	(197)	(111)	(41)	567	567

11. Intangível

	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxas anuais médias de amortização - %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização - %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20	1.926	(1.393)	533	20	1.322	(1.092)	230
Intangível em curso								
Administração		117		117		728		728
Total do intangível		2.043	(1.393)	650		2.050	(1.092)	958

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010		Transferência para intangível em serviço		Depreciações e amortizações		Valor líquido em 31/12/2011	
	Ingressos	Histórico	Ingressos	Histórico	Ingressos	Histórico	Ingressos	Histórico
Intangível em serviço								
Software	230			614	(311)		533	
Intangível em curso	728	116		(614)		(113)	117	
Total do intangível	958	116	-	(614)	(311)	(113)	650	650

12. Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento de energia elétrica	81.347	58.748
Materiais e serviços	221	176
Total	81.568	58.924

13. Provisões

13.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa		14.343	14.343		10.415	10.415
Consumidores e concessionárias	97.213		97.213	73.300		73.300
Partes relacionadas				12		12
Outros Créditos					400	400
	97.213	14.343	111.556	73.312	10.815	84.127

	31/12/2011		31/12/2010	
	Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros				
Fornecedores	81.568	81.568	58.924	58.924
Partes relacionadas	77	77	32	32
	81.645	81.645	58.956	58.956

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Mensuração do valor justo

	Mercados idênticos		Mercados similares	
	31/12/2011	Nível 1	31/12/2011	Nível 2
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	14.343	6.331		8.012
	14.343	6.331		8.012

20.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

20.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações, quando aplicável.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

No exercício de 2011 a Companhia não realizou nenhuma captação de recursos.

20.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, estando os resultados obtidos com estas operações condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Administração entende que as operações dos ativos financeiros não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

A Companhia durante o exercício de 2010, realizou uma operação de venda de um contrato de opção de compra de energia elétrica, o contrato prevê suprimento até 31 de dezembro de 2011 a um preço por MWh mais atrativo ou, em caso de não exercício da opção a contraparte deverá quitar a Companhia o prêmio resultante proporcional ao período de suprimento restante. O prêmio total do contrato foi reconhecido integralmente no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2010 e o recebimento do mesmo ocorreu integralmente até outubro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possui saldo de instrumentos financeiros derivativos.

21. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2011
Responsabilidade civil	48.556
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	4.323

22. Compromissos contratuais e Garantias

22.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2011				
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	acima de 5 anos
Obrigações de compra	3.352.816	786.203	1.305.661	646.329	614.623
	3.352.816	786.203	1.305.661	646.329	614.623

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

22.2 Garantias

	31/12/2011	31/12/2010
Tipo de garantia oferecida		
Aval de acionista	63.787	7.670
Fiança bancária	70.950	63.573
Seguro garantia	36.869	36.869
	171.606	108.112

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2011, do saldo dado como Aval de acionista, R\$62.041 são referentes a Contratos de compra e venda de energia e R\$1.746 decorrentes de Seguros de vida.

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, do saldo dado como fiança bancária, R\$57.997 são referentes aos contratos de compra e venda de energia e R\$12.953 decorrentes de ações tributárias.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas encontramos o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, etc.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Seguro garantia, em sua totalidade, refere-se aos contratos de compra e venda de energia.

23. Evento subsequente

23.1 Revisão da vida útil dos bens

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. A aplicação das taxas serão a partir de 1º de janeiro de 2012 para fins contábeis.

23.2 Participação acionária da Companhia no Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE

Em 28 de fevereiro de 2012 ocorreu a integralização do Capital Social da BBCE no valor de R\$200.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente

Luiz Otávio Assis Henriques
Vice-Presidente

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques
Diretor Presidente

José Roberto Pascon
Diretor

João Carlos de Abreu Guimarães
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de
Consolidação e Contabilidade
Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Operacional de Contabilidade
Técnica - CRC 1SP137290/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira da Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9